



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

EDITAL DISPENSA ELETRÔNICA nº 007/2026

Processo Administrativo Nº 036/2026

DATA DA REALIZAÇÃO: 01/06/2026

PRAZO DA ETAPA DE LANCES: 06 (SEIS) HORAS

PERÍODO DA ETAPA DE LANCES: 08:00H ÀS 14:00H (HORÁRIO DE BRASÍLIA)

MODALIDADE: DISPENSA NA FORMA ELETRÔNICA

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço Unitário

INTERESSADO: Secretaria Municipal de Administração

OBJETO: “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERMEDIÇÃO, GERENCIAMENTO, FORMATAÇÃO, ENVIO E ACOMPANHAMENTO DE MATÉRIAS PARA PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO (D.O.U.), ABRANGENDO ATOS ADMINISTRATIVOS E INSTITUCIONAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL CUJA DIVULGAÇÃO SEJA OBRIGATÓRIA POR FORÇA DE LEI OU NECESSÁRIA À PUBLICIDADE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS”.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: A presente licitação se fundamenta no Art. 75 e inciso II da Lei Federal nº 14.133, de 01 de Abril de 2021 e suas respectivas alterações posteriores, bem como nas Leis Complementares, Decretos Federais nº 10.947 de 25 de janeiro de 2022, nº 10.922 de 30 de dezembro de 2021, nº 10.818 de 21 de setembro de 2021 e Decretos Municipais nº 008/2023 de 24 de fevereiro de 2023, nº 009/2023 de 24 de fevereiro de 2023, nº 011/2023 de 01 de março de 2023, nº 013/2023 de 09 de março de 2023, nº 015/2023 de 16 de março de 2023, nº 018/2023 de 21 de março de 2023, nº 020/2023 de 23 março de 2023 e 021/2023 de 23 de março de 2023, e demais legislações aplicáveis.

LIMITE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS:

Dia **01/06/2026** às 08:00 (oito horas)

ABERTURA DA SESSÃO DA DISPENSA ELETRÔNICA:

Dia **01/06/2026** às 08:01 (oito horas e um minuto)

INÍCIO DO PERÍODO DA FASE DE LANCES:

Dia **01/06/2026** às 08:01 (oito horas e um minuto)

FIM DO PERÍODO DA FASE DE LANCES:

Dia **01/06/2026** às 14:00 (quatorze horas)

INÍCIO DA ANÁLISE DAS PROPOSTAS COMERCIAIS:

Dia **01/06/2026** às 14:01 (quatorze horas e um minuto)

FIM DA ANÁLISE DAS PROPOSTAS COMERCIAIS:

Dia **01/06/2026** às 14:29 (quatorze horas e vinte e nove minutos)

**HORÁRIO DE
BRASÍLIA!**

SITE PARA REALIZAÇÃO DA DISPENSA ELETRÔNICA: www.licitanet.com.br

A **Secretaria Municipal de Administração**, através do Sr. **Dyego Henrique Rocha de Oliveira**, por intermédio do setor de licitação, torna público para conhecimento de todos os



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

interessados, que no dia e hora acima indicados, será realizada licitação na modalidade **Dispensa de Licitação na forma Eletrônica**, do tipo **MENOR PREÇO UNITÁRIO**, que será regido pela Lei 14.133, de 01 de Abril de 2021, bem como o Decreto Municipal nº 008/2023 de 24/02/2023, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no presente Edital.

1 - A presente licitação tem por objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERMEDIÇÃO, GERENCIAMENTO, FORMATAÇÃO, ENVIO E ACOMPANHAMENTO DE MATÉRIAS PARA PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO (D.O.U.), ABRANGENDO ATOS ADMINISTRATIVOS E INSTITUCIONAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL CUJA DIVULGAÇÃO SEJA OBRIGATÓRIA POR FORÇA DE LEI OU NECESSÁRIA À PUBLICIDADE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS**”, CONFORME especificações estabelecida no termo de referência, edital e anexo.

2 – CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar desta Dispensa, as empresas interessadas do ramo, que atenderem a todas as exigências deste Edital e seus anexos.

2.2 . Não poderão participar da presente licitação, as empresas que:

2.2.1 Empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública;

2.2.2 Empresa suspensa temporariamente do direito de licitar e impedida de contratar com este Município;

2.2.3 Empresas que, por quaisquer motivos, tenham sido declaradas inidôneas ou punidas com suspensão ou impedidas de licitar por órgão da Administração Pública Direta ou Indireta, na esfera Federal, Estadual ou Municipal, desde que o Ato tenha sido publicado na imprensa oficial, pelo órgão que a praticou, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição.

2.2.4 Empresas cujo dirigente, gerente, sócio ou responsável técnico seja servidor público da Prefeitura Municipal de Comodoro -MT;

2.2.4 A participação na sessão pública da internet dar-se-á pela utilização da senha privativa do licitante.

2.2.4 Os documentos necessários à participação na presente licitação, compreendendo os documentos referentes à proposta de preço e à habilitação (e seus anexos), deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil, com valores cotados em moeda nacional do país;

2.2.5 Quaisquer documentos necessários à participação no presente certame, quando apresentados em língua estrangeira, deverão ser autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos para o idioma oficial do Brasil por tradutor juramentado neste país;

2.2.6 Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fac-símile, mesmo autenticadas, salvo quando expressamente permitidos no Edital;

2.2.7 Admitem-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos apenas como forma de ilustração dos itens constantes da proposta de preços;

2.2.8 Os licitantes devem estar cientes das condições para participação no certame e assumir a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados;

2.2.9 O contratado deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as mesmas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

2.2.10 Os licitantes interessados em usufruir dos benefícios estabelecidos pela Lei Complementar nº 123/2006 deverão atender às regras de identificação, atos e manifestação de interesse, bem como aos demais avisos emitidos pelo Agente de Contratação ou pelo sistema eletrônico, nos momentos e tempos adequados;

3 – CREDENCIAMENTO



ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

- 3.1- Para participar da Dispensa Eletrônica, o licitante deverá estar credenciado no sistema “**DISPENSA ELETRÔNICA**” através do site <https://licitanet.com.br/>;
- 3.2 O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico;
- 3.3 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Agente de Contratação na forma eletrônica;
- 3.4 O licitante que deixar de assinalar o campo da Declaração de **ME/EPP** não terá direito a usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte e equiparadas;
- 3.5 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4- DA PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA:

- 4.1 Poderão participar desta Dispensa os interessados que militem no ramo pertinente ao objeto desta licitação, que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus Anexos;
- 4.2 A participação nesta licitação importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como, a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos. A não observância destas condições ensejará no sumário IMPEDIMENTO da proponente, no referido certame;
- 4.3 Não cabe aos licitantes, após sua abertura, alegação de desconhecimento de seus itens ou reclamação quanto ao seu conteúdo. Antes de elaborar suas propostas, as licitantes deverão ler atentamente o Edital e seus anexos, devendo estar em conformidade com as especificações do ANEXO (TERMO DE REFERÊNCIA);
- 4.4 Como requisito para participação na DISPENSA ELETRÔNICA o Licitante deverá manifestar, em campo próprio do Sistema Eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta de preços está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, bem como a descritiva técnica constante do ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA);
- 4.5 A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas no edital e Lei Federal nº 14.133/2021;
- 4.6 Somente poderão participar desta DISPENSA ELETRÔNICA, via internet, os interessados cujo objetivo social seja pertinente ao objeto do certame, que atendam a todas as exigências deste Edital e da legislação a ele correlata, inclusive quanto à documentação, e que estejam devidamente credenciadas, através do site <https://licitanet.com.br/>;
- 4.6.1 A participação na Dispensa Eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio da Plataforma Eletrônica, observada data e horário limite estabelecidos.
- a) O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma de Dispensa Eletrônica, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação ficará a cargo do licitante.
- b) O referido pagamento/remuneração possui amparo legal na Lei nº 14.133/21.
- 4.6.2 - Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação de proposta implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada em seu preâmbulo;



ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

4.6.3 Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva do licitante, não sendo do Município de Comodoro, em nenhuma hipótese responsável pelos mesmos. O licitante também é o único responsável pelas transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, ou pela sua eventual desconexão;

4.6.4 As Licitantes interessadas deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da sessão pública via internet;

4.6.5 O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site: **<https://licitanet.com.br/>**;

4.6.6 O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal única e exclusiva do Licitante, ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a Dispensa Eletrônica;

4.6.7 O uso da senha de acesso pelo Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema, ou do Município de Comodoro - MT, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que, por terceiros;

4.6.8 A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso;

5 – DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

5.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema (**<https://licitanet.com.br/>**), concomitantemente com os documentos de HABILITAÇÃO exigidos no edital, proposta com a “DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO OFERTADO”, incluindo QUANTIDADE, PREÇO e a MARCA (CONFORME SOLICITA O SISTEMA), até o horário limite de início da Sessão Pública, horário de Brasília, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a etapa de envio dessa documentação;

5.2 As propostas cadastradas no Sistema **NÃO DEVEM CONTER NENHUMA IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA PROPONENTE**, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas.

5.3 Em caso de identificação da licitante na proposta cadastrada, esta será **DECLASSIFICADA** pelo Agente de Contratação;

5.4 A Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta de preços e lances inseridos em sessão pública;

5.5 O licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no PORTAL e as especificações constantes do ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA), prevalecerão às últimas;

5.6 Na Proposta de Preços inserida no sistema deverão estar incluídos todos os insumos que o compõem, como despesas com mão-de-obra, materiais, equipamentos, impostos, taxas, fretes, descontos e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta licitação;

5.7 O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha;

5.8 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006;

5.9 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;



ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

5.10 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta;

5.11 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Agente de Contratação e para acesso público após o encerramento do envio de lances;

5.12 O Licitante será inteiramente responsável por todas as transações assumidas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como verdadeiras e firmes suas propostas e subsequentes lances, bem como acompanhar as operações no sistema durante a sessão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.13 O CNPJ/MF a ser indicado nos documentos da proposta de preço e da habilitação, deverá ser o mesmo estabelecimento da empresa que efetivamente faturará e fornecerá o objeto da presente licitação.

6 - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA:

6.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.2 Valor unitário e total do item;

6.1.3 Marca;

6.1.4 Fabricante;

6.1.5 **Descrição detalhada do objeto**, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

6.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada;

6.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens;

6.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto;

6.5 O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação;

7 - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES:

7.1 No horário estabelecido neste Edital, o Agente de Contratação abrirá a sessão pública, verificando as propostas de preços lançadas no sistema, as quais deverão estar em perfeita consonância com as especificações e condições detalhadas no item 6.1 do edital;

7.2 O Agente de Contratação poderá suspender a sessão para visualizar e analisar, preliminarmente, a proposta ofertada que se encontra inserida no campo "**DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO**" do sistema, confrontando suas características com as exigências do Edital e seus anexos (podendo, ainda, ser analisado pelo órgão requerente), **DESCCLASSIFICANDO**, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis;

7.3 Constatada a existência de proposta incompatível com o objeto licitado ou manifestadamente inexecutável, o Agente de Contratação obrigatoriamente justificará, por meio do sistema, e então **DESCCLASSIFICARÁ**;

7.4 O proponente que encaminhar o valor inicial de sua proposta manifestadamente inexecutável, caso o mesmo não honre a oferta encaminhada, terá sua proposta rejeitada na fase de aceitabilidade;

7.5 As licitantes deverão manter a impessoalidade, não se identificando, sob pena de serem desclassificadas do certame pelo Agente de Contratação;



ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

- 7.6 Em seguida ocorrerá o início da etapa de lances, via Internet, única e exclusivamente, no site <https://licitanet.com.br/>, conforme Edital;
- 7.7 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital;
- 7.8 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema;
- 7.9 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta está definido no Termo de Referência;
- 7.10 Será adotado para o envio de lances na Dispensa Eletrônica o modo de disputa "ABERTO", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações;
- 7.11 A etapa de lances da sessão pública terá duração de **06 (seis horas)**, não possuindo prorrogação.
- 7.12 Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS com no máximo **02 (duas) casas decimais**, considerando as quantidades constantes no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA. Caso seja encerrada a fase de lances e a licitante divergir com o exigido, o pregoeiro poderá convocar no **CHAT MENSAGEM** para atualização do referido lance, e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os **PARA MENOS** automaticamente caso a licitante permaneça inerte;
- 7.13 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;
- 7.14 Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelas demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance;
- 7.15 Sendo efetuado lance manifestamente inexecutável, o Agente de Contratação poderá alertar o proponente sobre o valor cotado para o respectivo item, através do sistema, o excluirá, podendo o mesmo ser confirmado ou reformulado pelo proponente;
- 7.16 A exclusão de lance é possível somente durante a fase de lances, conforme possibilita o sistema eletrônico, ou seja, antes do encerramento do item;
- 7.17 No caso de desconexão com o Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva da Dispensa Eletrônica, o Sistema Eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances;
- 7.18 O Agente de Contratação, quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados;
- 7.19 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas (24) vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação no site <https://licitanet.com.br/>;
- 7.20 Incumbirá à licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública da Dispensa Eletrônica, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão;
- 7.21 A desistência em apresentar lance implicará exclusão da licitante na etapa de lances e na manutenção do último preço por ela apresentado, para efeito de ordenação das propostas de preços;
- 7.22 Em igualdade de condições, como critério de desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:
- 7.22.1 Produzidos no País;
- 7.22.2 Produzidos ou prestados por empresas brasileiras;
- 7.22.3 Produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País (Lei nº 14.133/21);



ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

7.22.4 Produzidos por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação;

7.22.5 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

8 - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA:

8.1 Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto na Lei nº 14.133/21;

8.2 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível;

8.3 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.4 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

8.5 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

8.6 O Agente de Contratação poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.7 O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Agente de Contratação por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Agente de Contratação;

8.8 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Agente de Contratação, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Agente de Contratação, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta;

8.9 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Agente de Contratação examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação;

Havendo necessidade, o Agente de Contratação suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade;

8.10 O Agente de Contratação poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital;

Também nas hipóteses em que o Agente de Contratação não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor;

8.11 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes;

8.12 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Agente de Contratação



ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso;

8.13 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Agente de Contratação verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9 - DA HABILITAÇÃO

9.1 Finalizado o prazo de disputa, o agente de contratação solicitará, em formato digital, via sistema, para que o fornecedor vencedor, **no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação**, apresente todos os documentos os **solicitados no ponto 10 a 10.4** deste edital;

9.3 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital;

9.4 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos;

9.5 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

9.6 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes à Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, bem assim quanto ao Certificado de Regularidade do FGTS, quando o licitante tenha o recolhimento dos encargos centralizado, devendo, desta forma, apresentar o documento comprobatório de autorização para a centralização.

10 - OS LICITANTES DEVERÃO ENCAMINHAR, NOS TERMOS DESTES EDITAL, A DOCUMENTAÇÃO RELACIONADA NOS ITENS A SEGUIR, PARA FINS DE

HABILITAÇÃO JURÍDICA:

10.1 Ato Constitutivo;

10.1.1 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede acompanhado de documento de identidade de seu (s) administrador (es)/sócio (s) ou;

10.1.2 Ato constitutivo - Estatuto ou Contrato Social - e alterações em vigor, devidamente registradas e arquivadas na repartição competente, para as Sociedades Comerciais, e, em se tratando de Sociedades por Ações, acompanhado de documento de identidade de seu (s) administrador (es)/sócio (s) ou;

10.1.3 Inscrição do ato constitutivo, no caso de Sociedades Cíveis, acompanhada de prova da diretoria em exercício acompanhado de documento de identidade de seu (s) administrador (es)/sócio (s) ou;

10.1.4 Decreto de autorização, em se tratando de empresas ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

10.1.5 Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br, acompanhado de documento de identidade de seu (s) administrador (es)/sócio (s) ou;

10.1.6 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente



ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento de identidade de seu (s) administrador (es)/sócio (s), a promoção de diligência **destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, porém é vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente na documentação Jurídica Habilitatória da empresa licitante.**

10.1.7 Documento de Identidade dos sócios da empresa;

a) serão considerados documentos de identidade:

(I) as carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar, pelo Ministério das Relações Exteriores;

(II) Cédulas de identidade fornecidas por Ordens ou Conselhos de Classe, declaradas válidas por Lei Federal, tais como: a CREA, do CRC, etc.;

(III) a Carteira de Trabalho e Previdência Social;

(IV) a Carteira Nacional de Habilitação com foto, na forma da Lei nº 9.503/97;

10.1.8 Documento de identidade do representante da empresa, junto da Procuração Pública ou Particular, caso a empresa seja representada por terceiro;

10.2 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ): (https://servicos.receita.fazenda.gov.br/servicos/cnpjreva/Cnpjreva_Solicitacao.asp);

b) Prova de inscrição no cadastro **Estadual ou Municipal** ou **Alvará**, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao ramo de atividade e compatível com objeto contratual (no Alvará, caso a data de validade não esteja inserida no referido documento, a empresa licitante deverá anexar documento que comprove a sua validade); :

c) **Prova de Regularidade Relativos a Créditos Tributários Federais** e à Dívida Ativa da União - Consolidada de acordo com Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02 de outubro de 2014;

d) **Prova de Regularidade para com a Fazenda Pública Estadual**, incluindo a Dívida Ativa, do domicílio ou sede da empresa licitante;

e) **Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal** (Tributos da Dívida Ativa) relativo ao domicílio ou sede da licitante;

f) **Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS** (Certificado de Regularidade de Situação — CRS). Será aceito certificado da matriz em substituição ao da filial ou vice-versa quando, comprovadamente, houver arrecadação centralizada;

g) **Regularidade perante a justiça do trabalho**, conforme literalidade do inc. V do art. 68, da lei n. 14.133/2021.

h) A prova de regularidade deverá ser feita por Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, sendo esta última considerada aquela com existência de créditos não vencidos, em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora; ou cuja exigibilidade esteja suspensa por moratória, ou depósito de seu montante integral, ou reclamações e recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo ou concessão de medida liminar em mandado de segurança.

10.3 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

10.3.1 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

10.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

10.4.1 Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da contratação, mediante a apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprovem a execução de serviços de natureza semelhante, tais como intermediação, gerenciamento,



ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

formatação e envio de matérias para publicação em diários oficiais, especialmente no Diário Oficial da União (D.O.U.).

10.5 DECLARAÇÕES:

10.5.1 O fornecedor deve apresentar devidamente assinada a Declaração ÚNICA disponibilizada pelo Sistema LICITANET.

10.5.2 Caso a declaração não seja apresentado junto com as documentações habilitatória, a comissão pode realizar diligência para averiguar se a declaração foi assinada no sistema, sendo que caso esteja assinada, a comissão pode juntar o documento, suprimindo o vício.

10.5.3 Declaração, prova da inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública, mediante a juntada de pesquisa realizada junto ao Tribunal de Contas da União, ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso e do Estado onde tiver sede o particular, ao Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP Cadastro Municipal de Prestadores e Empresas Inidôneas ou Suspensas – CMPEIS, instituído pela lei municipal n. 1.556/2014, de: 12.12.2014, conforme modelo constante do **ANEXO III**, integrante deste edital;

10.5.4 Declaração - conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação e cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência **ANEXO IV**

10.5.5 Declaração – ME/EPP/MEI **ANEXO V**

10.6 - DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

10.6.1 Qualquer informação incompleta ou inverídica constante dos documentos apresentados apurada pelo Agente de Contratação, mediante simples conferência ou diligência, implicará na inabilitação da respectiva licitante e envio dos documentos para o M.P.M.T. (Ministério Público de Mato Grosso), para apuração, se possível, de prática delituosa, conforme a Lei Federal 14.133/21;

10.6.2 Não serão aceitos protocolos de pedidos ou solicitações de documentos, em substituição aos documentos requeridos no presente Edital;

10.6.3 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital;

10.6.4 A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação;

10.6.5 Havendo restrição quanto à regularidade fiscal ou trabalhista no caso de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Microempreendedor Equiparadas, fica concedido um prazo de 05 (Cinco) dias úteis para a sua regularização, prorrogável por igual período mediante justificativa tempestiva e aceita pelo Agente de Contratação e equipe de apoio, nos termos da Lei Complementar nº 147 de 07 de agosto de 2014;

10.6.6 A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação da licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

10.6.7 Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada, com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização;

10.6.8 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Agente de Contratação suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma;

10.6.9 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital;



ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

10.6.10 O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis;

10.6.11 Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes;

10.6.12 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor;

10.6.13 As Certidões que não possuírem prazo de validade, somente serão aceitas com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias consecutivos de antecedência da data de abertura da sessão desta Dispensa Eletrônica;

10.6.14 – Caso na conferência dos documentos a comissão observar a falta de qualquer documento, observará o caso concreto, e caso haja indicio de pré-existente na documentação, **será aberto o prazo de 2h** para que a empresa apresente a documentação, sendo que tal diligência está de acordo com a Lei 14.133/21 artigo 42, 59 e 64 § 2º, onde diz que é facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a **promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar** a instrução do processo, bem como o Acórdão 1211/2021-TCU

10.6.15 **A não apresentação e/ou descumprimento** do itens de habilitação, mesmo após diligência, implicará na **inabilitação do licitante**, conforme a Lei Federal nº 14.133/21, a licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, **admitido no edital o princípio da vinculação ao instrumento convocatório**, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

11 - DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

11.1 A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Agente de Contratação no sistema eletrônico.

12 - DOS RECURSOS:

12.1 Conforme Decreto Municipal nº 008/2023 de 24 de fevereiro de 2023, sem prejuízo do direito de petição aos poderes públicos de que trata o art. 5º, XXXIV, “a” da Constituição Federal, não haverá fase recursal;

13 - DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

13.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

- Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam;
- Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances;
- Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta;
- A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”).



ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

14 - DOS PRAZOS, CONDIÇÕES E LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

14.1 - A contratada deverá realizar o envio das matérias para publicação no Diário Oficial da União no prazo máximo de até 24 (VINTE E QUATRO) HORAS ÚTEIS, contadas do recebimento da solicitação formal encaminhada pela contratante, devidamente instruída e válida;

14.2 - Para demandas encaminhadas até às 14h (horário de Brasília), a contratada deverá, sempre que possível, efetuar o envio no mesmo dia.

14.3 - Em casos de urgência devidamente justificados pela contratante, o envio deverá ocorrer em prazo inferior, inclusive no mesmo dia, independentemente do horário de recebimento.

14.4 - A contratada deverá acusar o recebimento da demanda em até 2 (duas) horas úteis e informar eventuais inconsistências que impeçam o envio.

14.5 - A solicitação de publicação será encaminhada pela contratante **por meio de canal oficial previamente definido, podendo ser e-mail institucional, sistema informatizado ou portal disponibilizado pela contratada**, devendo tal meio assegurar o registro formal da demanda, com identificação da data e horário de envio.

14.6 - O prazo para execução dos serviços pela contratada somente terá início após o recebimento da demanda devidamente instruída, contendo todas as informações necessárias, textos completos, arquivos e autorizações pertinentes, em formato adequado à publicação. Caso a demanda seja encaminhada com pendências ou inconsistências, a contratada deverá comunicar formalmente à contratante, ficando suspensa a contagem do prazo até a regularização.

14.7 A contratada deverá confirmar o recebimento da solicitação em prazo máximo a ser estabelecido pela Administração, informando, quando for o caso, eventuais inconsistências identificadas que possam comprometer o envio da matéria para publicação.

14.8 - Compete à contratada a responsabilidade integral pela formatação das matérias, observando rigorosamente os padrões, normas e exigências técnicas do Diário Oficial da União, sendo responsável por quaisquer erros decorrentes de falhas na formatação, digitação ou adequação do conteúdo, devendo providenciar, às suas expensas, as correções necessárias, inclusive republicações, quando cabível.

14.9 - Após o envio da matéria para publicação, a contratada deverá realizar o acompanhamento até a efetiva publicação no Diário Oficial da União, mantendo a contratante informada sobre o andamento do processo.

14.10 - Efetivada a publicação, a contratada deverá encaminhar à contratante o comprovante da publicação, contendo, no mínimo, a identificação da matéria publicada, data da publicação, edição do D.O.U. e, quando possível, o respectivo link de acesso ou cópia da página publicada, para fins de controle, conferência e instrução processual.

14.11 - A execução do objeto dar-se-á de forma contínua, sob demanda da Administração, compreendendo a prestação de serviços de intermediação, gerenciamento, formatação, envio e acompanhamento de matérias para publicação no Diário Oficial da União, por meio da Imprensa Nacional.

14.12 A execução observará as seguintes etapas:

- **Solicitação da demanda:** a Administração encaminhará à contratada as matérias a serem publicadas, contendo todas as informações necessárias;
- **Análise e formatação:** a contratada deverá revisar e adequar os textos às normas e padrões técnicos exigidos pela Imprensa Nacional;
- **Envio das matérias:** a contratada realizará o envio dentro dos prazos legais e operacionais, garantindo a tempestividade da publicação;
- **Acompanhamento:** a contratada deverá monitorar o processamento e a efetiva publicação das matérias;
- **Comprovação da execução:** após a publicação, a contratada deverá disponibilizar os comprovantes correspondentes, incluindo cópia da publicação e demais documentos pertinentes;



ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

• **Correções e ajustes:** eventuais inconsistências identificadas deverão ser corrigidas pela contratada, sem ônus adicional, quando decorrentes de falhas na prestação do serviço.

14.13 - A prestação dos serviços deverá ocorrer de forma contínua durante toda a vigência contratual, assegurando a regularidade das publicações oficiais e o atendimento tempestivo das demandas da Administração.

15 – DO PAGAMENTO

15.1 - O pagamento pelos serviços prestados será realizado de forma mensal, conforme a efetiva execução dos serviços, mediante a comprovação das publicações realizadas no período.

15.2 - A remuneração da contratada ocorrerá com base no valor unitário por centímetro de coluna publicado no Diário Oficial da União (D.O.U.), podendo incluir, quando previsto na proposta, a taxa de intermediação, observados os valores contratados.

15.3 - Para fins de pagamento, a contratada deverá apresentar nota fiscal/fatura, acompanhada de relatório detalhado das publicações realizadas no período, contendo, no mínimo:

- identificação das matérias publicadas;
- datas das publicações;
- número das edições do D.O.U.;
- quantitativo de centímetros de coluna utilizados por publicação;
- valores individualizados e totais;
- comprovantes das publicações (cópia ou link de acesso).

15.4 - O pagamento ficará condicionado à conferência e atesto pelo gestor ou fiscal do contrato, que verificará a conformidade dos serviços executados com as solicitações realizadas, bem como a regularidade das publicações.

15.5 - O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da nota fiscal/fatura devidamente atestada pela Administração, conforme disposições da Lei no 14.133/2021.

15.6 - Na hipótese de erro, inconsistência ou ausência de documentação necessária, o prazo para pagamento será suspenso até a devida regularização por parte da contratada.

15.7 - Poderão ser realizadas retenções tributárias na forma da legislação vigente, bem como glosas proporcionais em caso de execução parcial, inadequada ou em desacordo com as condições estabelecidas neste Edital e no Termo de Referência.

16 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

16.1 - Para que a necessidade pública identificada seja devidamente atendida, a solução a ser contratada deverá observar requisitos técnicos e operacionais mínimos que assegurem a adequada prestação dos serviços de intermediação e gerenciamento das publicações oficiais no Diário Oficial da União (D.O.U.):

- **Capacidade técnica e operacional** para a prestação de serviços de intermediação de publicações no Diário Oficial da União, junto à Imprensa Nacional;
- **Disponibilização de sistema ou canal de atendimento** para recebimento, controle e acompanhamento das demandas de publicação;
- **Formatação das matérias em conformidade com as normas** e padrões técnicos exigidos pela Imprensa Nacional;
- **Envio tempestivo das matérias**, observando prazos legais e operacionais, de modo a evitar atrasos ou prejuízos à Administração;
- **Acompanhamento e conferência** das publicações, garantindo a correta veiculação dos conteúdos encaminhados;
- **Disponibilização de comprovantes** de publicação, relatórios e demais documentos necessários à fiscalização e controle contratual;



ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

- **Suporte técnico contínuo**, com atendimento ágil para correções, ajustes e orientações à Administração;
- **Correção de inconsistências**, sem ônus adicional, quando decorrentes de falhas na prestação do serviço;
- **Observância da legislação aplicável**, especialmente quanto à publicidade dos atos administrativos e à execução contratual, conforme a Lei no 14.133/2021;
- **Manutenção das condições** de habilitação e qualificação durante toda a execução do contrato.

16.2 SUBCONTRATAÇÃO

16.2.1 Não será permitida a subcontratação do objeto contratual, tendo em vista a natureza padronizada dos serviços e a necessidade de responsabilidade direta da contratada pela execução integral das atividades, garantindo maior controle, eficiência e qualidade na prestação dos serviços.

16.3 GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

16.3.1 Não será exigida garantia contratual, considerando a natureza comum do objeto, a baixa complexidade dos serviços, o reduzido risco envolvido na execução e o fato de que o pagamento será realizado conforme a efetiva prestação dos serviços, não se justificando a imposição de ônus adicional que possa restringir a competitividade do certame.

17 – RESPONSABILIDADES DO CONTRATADO

- a) Prestar os serviços de intermediação, gerenciamento, formatação, envio e acompanhamento das matérias destinadas à publicação no Diário Oficial da União, em conformidade com as normas e diretrizes da Imprensa Nacional;
- b) Realizar a formatação adequada das matérias, observando os padrões técnicos exigidos para publicação, evitando rejeições ou atrasos;
- c) Efetuar o envio das matérias dentro dos prazos estabelecidos, garantindo a tempestividade das publicações;
- d) Acompanhar o processamento das matérias até sua efetiva publicação, informando ao CONTRATANTE sobre o status e eventuais ocorrências;
- e) Promover, sem ônus adicional ao CONTRATANTE, as correções necessárias decorrentes de falhas na formatação ou envio sob sua responsabilidade;
- f) Disponibilizar suporte técnico e atendimento ao CONTRATANTE durante toda a execução contratual;
- g) Manter sigilo sobre todas as informações e documentos recebidos, não os divulgando sem autorização expressa do CONTRATANTE;
- h) Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;
- i) Responsabilizar-se por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros em decorrência de falhas na execução dos serviços;
- j) Emitir relatórios ou comprovantes das publicações realizadas, sempre que solicitado;
- k) Atuar com diligência, eficiência e observância aos princípios que regem a Administração Pública.

18 – RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

- a) Fornecer à CONTRATADA todas as informações, documentos e conteúdos necessários para a execução dos serviços de publicação, de forma clara, completa e em tempo hábil;
- b) Encaminhar as matérias a serem publicadas com antecedência suficiente, observando os prazos necessários para processamento junto ao sistema da Imprensa Nacional;
- c) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, por meio de servidor designado, nos termos da Lei no 14.133/2021;



ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

- d) Conferir as matérias formatadas pela CONTRATADA antes do envio para publicação, quando aplicável;
- e) Efetuar o pagamento à CONTRATADA pelos serviços efetivamente prestados, conforme condições estabelecidas no instrumento contratual;
- f) Comunicar formalmente à CONTRATADA quaisquer falhas, irregularidades ou inconformidades verificadas na execução dos serviços;
- g) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o Termo de Referência e demais documentos da contratação.

19 - DA FISCALIZAÇÃO

19.1 Os serviços objeto desta licitação estarão sujeitos à mais ampla, irrestrita e rigorosa fiscalização, a qualquer hora, em todas as áreas abrangidas pelos mesmos, obrigando-se a empresa a prestar todos os esclarecimentos necessários que lhe forem solicitados.

20 – DA CONTRATAÇÃO

20.1. Homologado o processo licitatório pela autoridade competente, a CONTRATANTE convocará a licitante vencedora para, no prazo de até **02 (dois) dias úteis**, assinar o Termo de Contrato, devendo ser o documento assinado por via digital.

20.2. O prazo de vigência da contratação é de **12 (DOZE) MESES** contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021, sendo que durante este período a licitante vencedora deverá manter as condições de habilitação exigidas na licitação;

20.3. Será admitida a prorrogação da vigência do Contrato, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório, obedecidas o disposto na Lei Federal nº 14.133/21.

20.4 – Para instruir a formalização dos contratos ou instrumento equivalente, o fornecedor do bem deverá providenciar e encaminhar ao órgão contratante, no prazo de 03 (três) dias úteis a partir da data da convocação certidões negativas ou positiva com efeitos de negativa de débito para com o INSS e FGTS.

20.5 – Se as certidões anteriormente apresentadas para habilitação estiverem dentro do prazo de validade, o fornecedor ficará dispensado da apresentação das mesmas.

20.6 – A Adjudicatária deverá no prazo de 03 (três) dias corridos contados da data da convocação, comparecer à sede da Prefeitura Municipal de Comodoro-MT, para assinar o termo de contrato, se for o caso.

20.7 – Os preços constantes na proposta ou orçamento poderão sofrer reajustes objetivando manter o equilíbrio econômico financeiro, pela variação do custo dos produtos – efetivamente comprovado – até a data do faturamento de cada remessa, conforme (Lei nº 14.133/21).

21 – SANÇÕES POR DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES PACTUADAS

21.1 - O descumprimento, total ou parcial, das obrigações assumidas pelo CONTRATADO caracterizará a inadimplência, sujeitando-o às sanções administrativas previstas na Lei Federal no 14.133/2021 e, especificamente, no Decreto Municipal no 32/2025.

21.2 - Advertência: Será aplicada por escrito quando o CONTRATADO der causa à inexecução parcial do contrato e essa falha não causar grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo. A advertência poderá ser aplicada cumulativamente com a penalidade de multa, conforme Art. 7º do Decreto Municipal no 32/2025.

21.3 - Multas: Serão aplicadas de acordo com as disposições do Art. 8º do Decreto Municipal no 32/2025, classificadas em moratórias e compensatórias.

21.4 - Multa Moratória: Será aplicada em caso de atraso injustificado na execução do contrato ou na entrega dos bilhetes de passagem solicitados, calculada sobre o valor correspondente à parte inadimplente:



ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

a) Atraso de até 30 (trinta) dias: 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, limitada a 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento).

b) Atraso que exceder 30 (trinta) dias: 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia, calculados a partir do trigésimo primeiro dia, limitada a 20% (vinte por cento) do valor total do contrato, em caráter excepcional e a critério do órgão contratante.

21.5 - Multa Compensatória: Será aplicada quando configuradas infrações administrativas que configurem inexecução total ou parcial do contrato, irregularidades em licitações ou qualquer das situações descritas no Art. 155 da Lei nº 14.133/2021. Os percentuais da multa compensatória, aplicados sobre o valor do contrato e/ou ata de registro de preços, variarão conforme a gravidade da infração, nos termos do Art. 8º, inciso II, do Decreto nº 32/2025:

a) De 0,5% (cinco décimos por cento) até 10% (dez por cento).

b) De 10% (dez por cento) até 20% (vinte por cento).

c) De 20% (vinte por cento) até 30% (trinta por cento).

21.6 - A aplicação da multa compensatória, especialmente para infrações graves, poderá levar à rescisão contratual, caso a infração também se enquadre nas situações que justificam Impedimento de Licitar ou Declaração de Inidoneidade.

21.7 - Impedimento de Licitar e Contratar com a Administração Municipal. Sanção aplicada pela Autoridade Competente que impede temporariamente o CONTRATADO de participar de licitações e celebrar contratos no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Comodoro/MT. O prazo máximo para esta sanção é de 03 (três) anos, conforme Art. 11 do Decreto nº 32/2025. Esta penalidade acarreta a rescisão do instrumento contratual.

21.8 - Declaração de Inidoneidade para Licitar e Contratar com a Administração Pública. Sanção que impede o CONTRATADO de licitar e contratar com qualquer órgão da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos. O prazo para esta sanção será de, no mínimo, 03 (três) anos e, no máximo, 06 (seis) anos. A aplicação desta penalidade acarreta a rescisão do instrumento contratual. A reabilitação do CONTRATADO só será possível mediante o cumprimento das condicionantes estabelecidas no Art. 21 do Decreto nº 32/2025.

21.9 - Aplicação e Processo das Penalidades:

21.9.1 - As penalidades de advertência e multas (moratórias e compensatórias) serão aplicadas de ofício pela Administração ou a partir de uma proposta fundamentada do responsável pelo acompanhamento do contrato ou do certame licitatório.

21.9.2 - A aplicação das penalidades de Impedimento de Licitar e Contratar e Declaração de Inidoneidade será de competência da Administração e exigirá a instauração de um Processo Administrativo Sancionador.

21.9.3 - O CONTRATADO terá assegurados o direito ao contraditório e à ampla defesa, podendo apresentar sua manifestação escrita no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da sua citação ou notificação, conforme Art. 53 do Decreto nº 32/2025.

21.10 - Rescisão do Contrato pelo CONTRATANTE por Insuficiência Operacional: Além das hipóteses de rescisão que podem decorrer da aplicação das sanções administrativas, o CONTRATANTE poderá rescindir o contrato de credenciamento, independentemente de qualquer procedimento judicial ou pagamento de indenização. Isso ocorrerá se o CONTRATADO deixar de atender às condições mínimas necessárias para a prestação dos serviços, o que inclui a incapacidade operacional para o cumprimento das obrigações ou qualquer outra condição que comprometa de forma fundamental a aptidão para o fornecimento do objeto contratual.

22. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

22.1 Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente;



ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

22.2 O adjudicatário terá o prazo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital de Contratação Direta.

22.3 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 2 (dois) dias, a contar da data de seu recebimento.

23 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

23.1 – As normas disciplinares desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

23.2 – O resultado do presente certame será divulgado no Diário Oficial do TCE, Diário Oficial da AMM.

23.2.1- Para fins de esclarecimentos, providências ou impugnação ao ato convocatório da Dispensa, sujeita-se conforme Decreto Municipal nº 008/2023 de 24 de fevereiro de 2023 onde-se lê “Parágrafo Único: Sem prejuízo do direito de petição aos poderes públicos de que trata o art. 5º, XXXIV, “a” da Constituição Federal, não haverá fase de impugnação ao Aviso de Dispensa de Licitação;

23.2.7 – Os casos omissos do presente Edital serão solucionados pelo Agente de Contratação.

23.2.8 – Integram o presente Edital:

Anexo I – Termo de Referência;

Anexo II – Modelo de Proposta de Preços;

ANEXO III – Declaração, prova da inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública, mediante a juntada de pesquisa realizada junto ao Tribunal de Contas da União, ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso e do Estado onde tiver sede o particular, ao Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP Cadastro Municipal de Prestadores e Empresas Inidôneas ou Suspensas – CMPEIS, instituído pela lei municipal n. 1.556/2014, de: 12.12.2014;

ANEXO IV – Declaração de conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação e cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência

ANEXO V - Declaração ME/EPP/MEI

Anexo VI – Minuta do Contrato;

23.3 - Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

23.4 – Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da comarca de Comodoro, Estado de Mato Grosso.

Comodoro- MT, 25 de Maio de 2026.

Dyego Henrique Rocha de Oliveira
Secretário Municipal de Administração



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

DISPENSA ELETRÔNICA – LEI N°14.133/21, Art. 75, Inciso II, Decreto Municipal N° 008/2023

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERMEDIÇÃO, GERENCIAMENTO, FORMATAÇÃO, ENVIO E ACOMPANHAMENTO DE MATÉRIAS PARA PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO (D.O.U.), ABRANGENDO ATOS ADMINISTRATIVOS E INSTITUCIONAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL CUJA DIVULGAÇÃO SEJA OBRIGATÓRIA POR FORÇA DE LEI OU NECESSÁRIA À PUBLICIDADE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Prestação de serviços especializados de intermediação, gerenciamento, formatação, envio e acompanhamento de matérias para publicação no diário oficial da união (d.o.u.), abrangendo atos administrativos e institucionais da prefeitura municipal cuja divulgação seja obrigatória por força de lei ou necessária à publicidade dos atos administrativos.	CM/COLUNA	653	R\$ 88,47	R\$ 57.770,91

O objeto da contratação caracteriza-se como serviço comum, nos termos da Lei nº 14.133/2021, por apresentar padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos no Termo de Referência. Trata-se de serviço padronizado, amplamente disponível no mercado, envolvendo atividades rotineiras de intermediação junto à Imprensa Nacional, não exigindo solução técnica singular ou especializada, o que possibilita a definição clara dos requisitos e o julgamento objetivo das propostas.

O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação fundamenta-se na necessidade de dar cumprimento ao princípio da publicidade, previsto no art. 37 da Constituição Federal, bem como às exigências legais de divulgação de atos administrativos em meio oficial, especialmente no Diário Oficial da União, por intermédio da Imprensa Nacional.

A Administração Municipal necessita promover, de forma contínua, a publicação de atos administrativos e institucionais, tais como avisos de licitação, extratos de contratos, dispensas, inexigibilidades, editais e demais comunicações oficiais cuja divulgação seja obrigatória por lei ou necessária à transparência dos atos públicos.

A contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de intermediação, gerenciamento, formatação, envio e acompanhamento das publicações justifica-se pela necessidade de garantir maior eficiência, agilidade e conformidade técnica com os padrões exigidos pela Imprensa Nacional, evitando inconsistências, retrabalhos e atrasos nas publicações.

Ademais, trata-se de serviço de natureza contínua, essencial ao regular funcionamento da Administração Pública, não sendo possível sua interrupção sem prejuízo à legalidade, transparência e eficácia dos atos administrativos.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

A solução consiste na contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de intermediação, gerenciamento, formatação, envio e acompanhamento de matérias destinadas à publicação no Diário Oficial da União, por meio da Imprensa Nacional, abrangendo todas as etapas necessárias à adequada divulgação dos atos administrativos da Administração Municipal.

O ciclo de vida da solução compreende:

- **Recebimento das demandas:** encaminhamento, pela Administração, das matérias a serem publicadas;
- **Análise e formatação:** adequação dos conteúdos às normas técnicas e padrões exigidos pela Imprensa Nacional;
- **Envio das matérias:** transmissão eletrônica dentro dos prazos estabelecidos;
- **Acompanhamento da publicação:** monitoramento até a efetiva veiculação no Diário Oficial da União;
- **Disponibilização de comprovantes:** fornecimento das publicações realizadas e relatórios para fins de controle e prestação de contas;
- **Suporte técnico e operacional:** atendimento contínuo para ajustes, correções e orientações à Administração.

A solução contempla, ainda, a execução contínua dos serviços ao longo da vigência contratual, assegurando a regularidade das publicações oficiais, bem como a conformidade com as exigências legais e operacionais aplicáveis.

Trata-se de solução padronizada, amplamente disponível no mercado, que atende de forma eficiente e contínua às necessidades da Administração, considerando todo o seu ciclo de execução, desde a demanda inicial até a comprovação da publicação.



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Para que a necessidade pública identificada seja devidamente atendida, a solução a ser contratada deverá observar requisitos técnicos e operacionais mínimos que assegurem a adequada prestação dos serviços de intermediação e gerenciamento das publicações oficiais no Diário Oficial da União (D.O.U.):

- **Capacidade técnica e operacional** para a prestação de serviços de intermediação de publicações no Diário Oficial da União, junto à Imprensa Nacional;
- **Disponibilização de sistema ou canal de atendimento** para recebimento, controle e acompanhamento das demandas de publicação;
- **Formatação das matérias em conformidade com as normas e padrões técnicos** exigidos pela Imprensa Nacional;
- **Envio tempestivo das matérias, observando prazos legais e operacionais**, de modo a evitar atrasos ou prejuízos à Administração;
- **Acompanhamento e conferência das publicações**, garantindo a correta veiculação dos conteúdos encaminhados;
- **Disponibilização de comprovantes de publicação**, relatórios e demais documentos necessários à fiscalização e controle contratual;
- **Suporte técnico contínuo**, com atendimento ágil para correções, ajustes e orientações à Administração;
- **Correção de inconsistências**, sem ônus adicional, quando decorrentes de falhas na prestação do serviço;
- **Observância da legislação aplicável**, especialmente quanto à publicidade dos atos administrativos e à execução contratual, conforme a Lei nº 14.133/2021;
- **Manutenção das condições de habilitação** e qualificação durante toda a execução do contrato.

SUBCONTRATAÇÃO

Não será permitida a subcontratação do objeto contratual, tendo em vista a natureza padronizada dos serviços e a necessidade de responsabilidade direta da contratada pela execução integral das atividades, garantindo maior controle, eficiência e qualidade na prestação dos serviços.

GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

Não será exigida garantia contratual, considerando a natureza comum do objeto, a baixa complexidade dos serviços, o reduzido risco envolvido na execução e o fato de que o pagamento será realizado conforme a efetiva prestação dos serviços, não se justificando a imposição de ônus adicional que possa restringir a competitividade do certame.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

A execução do objeto dar-se-á de forma contínua, sob demanda da Administração, compreendendo a prestação de serviços de intermediação, gerenciamento, formatação, envio e acompanhamento de matérias para publicação no Diário Oficial da União, por meio da Imprensa Nacional.

A execução observará as seguintes etapas:

- **Solicitação da demanda:** a Administração encaminhará à contratada as matérias a serem publicadas, contendo todas as informações necessárias;
- **Análise e formatação:** a contratada deverá revisar e adequar os textos às normas e padrões técnicos exigidos pela Imprensa Nacional;
- **Envio das matérias:** a contratada realizará o envio dentro dos prazos legais e operacionais, garantindo a tempestividade da publicação;
- **Acompanhamento:** a contratada deverá monitorar o processamento e a efetiva publicação das matérias;
- **Comprovação da execução:** após a publicação, a contratada deverá disponibilizar os comprovantes correspondentes, incluindo cópia da publicação e demais documentos pertinentes;
- **Correções e ajustes:** eventuais inconsistências identificadas deverão ser corrigidas pela contratada, sem ônus adicional, quando decorrentes de falhas na prestação do serviço.



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

A prestação dos serviços deverá ocorrer de forma contínua durante toda a vigência contratual, assegurando a regularidade das publicações oficiais e o atendimento tempestivo das demandas da Administração.

A contratada deverá realizar o envio das matérias para publicação no Diário Oficial da União no prazo máximo de até **24 (VINTE E QUATRO) HORAS ÚTEIS**, contadas do recebimento da solicitação formal encaminhada pela contratante, devidamente instruída e validada.

Para demandas encaminhadas até às 14h (horário de Brasília), a contratada deverá, sempre que possível, efetuar o envio no mesmo dia.

Em casos de urgência devidamente justificados pela contratante, o envio deverá ocorrer em prazo inferior, inclusive no mesmo dia, independentemente do horário de recebimento.

A contratada deverá acusar o recebimento da demanda em até **2 (duas) horas úteis** e informar eventuais inconsistências que impeçam o envio.

A solicitação de publicação será encaminhada pela contratante por meio de **canal oficial** previamente definido, podendo ser **e-mail institucional, sistema informatizado ou portal disponibilizado pela contratada**, devendo tal meio assegurar o registro formal da demanda, com identificação da data e horário de envio.

O prazo para execução dos serviços pela contratada somente terá início após o recebimento da demanda devidamente instruída, contendo todas as informações necessárias, textos completos, arquivos e autorizações pertinentes, em formato adequado à publicação. Caso a demanda seja encaminhada com pendências ou inconsistências, a contratada deverá comunicar formalmente à contratante, ficando suspensa a contagem do prazo até a regularização.

A contratada deverá confirmar o recebimento da solicitação em prazo máximo a ser estabelecido pela Administração, informando, quando for o caso, eventuais inconsistências identificadas que possam comprometer o envio da matéria para publicação.

Compete à contratada a responsabilidade integral pela formatação das matérias, observando rigorosamente os padrões, normas e exigências técnicas do Diário Oficial da União, sendo responsável por quaisquer erros decorrentes de falhas na formatação, digitação ou adequação do conteúdo, devendo providenciar, às suas expensas, as correções necessárias, inclusive republicações, quando cabível.

Após o envio da matéria para publicação, a contratada deverá realizar o acompanhamento até a efetiva publicação no Diário Oficial da União, mantendo a contratante informada sobre o andamento do processo.

Efetivada a publicação, a contratada deverá encaminhar à contratante o comprovante da publicação, contendo, no mínimo, a identificação da matéria publicada, data da publicação, edição do D.O.U. e, quando possível, o respectivo link de acesso ou cópia da página publicada, para fins de controle, conferência e instrução processual.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

A gestão e fiscalização do contrato serão realizadas nos termos da Lei nº 14.133/2021, por servidor(es) formalmente designado(s) pela Administração, aos quais competirá acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução dos serviços.

A gestão do contrato observará os seguintes procedimentos:

Acompanhamento da execução: verificação contínua dos serviços prestados, especialmente quanto ao cumprimento dos prazos, qualidade da formatação e conformidade com as exigências da Imprensa Nacional;

Controle das publicações: conferência das matérias enviadas e efetivamente publicadas, mediante análise dos comprovantes apresentados pela contratada;



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

Ateste da execução: validação dos serviços prestados pelo fiscal do contrato, como condição para autorização do pagamento;

Gestão de ocorrências: registro e tratamento de eventuais falhas, atrasos ou inconsistências na execução, com aplicação das medidas cabíveis;

Comunicação com a contratada: realização de contatos formais para solicitação de ajustes, esclarecimentos e orientações;

Avaliação de desempenho: verificação periódica da qualidade dos serviços prestados, podendo subsidiar decisões quanto à continuidade do contrato.

A contratada deverá fornecer todas as informações, documentos e comprovantes necessários ao adequado acompanhamento e fiscalização do contrato, bem como atender prontamente às solicitações da Administração.

Gestor do Contrato

A gestão do contrato será exercida por servidor formalmente designado pela Administração, nos termos da Lei nº 14.133/2021, competindo-lhe coordenar, supervisionar e acompanhar a execução contratual, atuando como interlocutor entre a Administração e a contratada, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das condições estabelecidas, bem como controlando os prazos contratuais e promovendo as medidas cabíveis em caso de eventuais irregularidades.

7. SANÇÕES POR DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES PACTUADAS

O descumprimento, total ou parcial, das obrigações assumidas pelo CONTRATADO caracterizará a inadimplência, sujeitando-o às sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e, especificamente, no Decreto Municipal nº 32/2025.

Advertência: Será aplicada por escrito quando o CONTRATADO der causa à inexecução parcial do contrato e essa falha não causar grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo. A advertência poderá ser aplicada cumulativamente com a penalidade de multa, conforme Art. 7º do Decreto Municipal nº 32/2025.

Multas: Serão aplicadas de acordo com as disposições do Art. 8º do Decreto Municipal nº 32/2025, classificadas em moratórias e compensatórias.

Multa Moratória: Será aplicada em caso de atraso injustificado na execução do contrato ou na entrega dos bilhetes de passagem solicitados, calculada sobre o valor correspondente à parte inadimplente:

a) Atraso de até 30 (trinta) dias: 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, limitada a 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento).

b) Atraso que exceder 30 (trinta) dias: 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia, calculados a partir do trigésimo primeiro dia, limitada a 20% (vinte por cento) do valor total do contrato, em caráter excepcional e a critério do órgão contratante.

Multa Compensatória: Será aplicada quando configuradas infrações administrativas que configurem inexecução total ou parcial do contrato, irregularidades em licitações ou qualquer das situações descritas no Art. 155 da Lei nº 14.133/2021. Os percentuais da multa compensatória, aplicados sobre o valor do contrato e/ou ata de registro de preços, variarão conforme a gravidade da infração, nos termos do Art. 8º, inciso II, do Decreto nº 32/2025:

a) De 0,5% (cinco décimos por cento) até 10% (dez por cento).

b) De 10% (dez por cento) até 20% (vinte por cento).

c) De 20% (vinte por cento) até 30% (trinta por cento).

A aplicação da multa compensatória, especialmente para infrações graves, poderá levar à rescisão contratual, caso a infração também se enquadre nas situações que justificam Impedimento de Licitatar ou Declaração de Inidoneidade.



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

Impedimento de Licitar e Contratar com a Administração Municipal. Sanção aplicada pela Autoridade Competente que impede temporariamente o CONTRATADO de participar de licitações e celebrar contratos no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Comodoro/MT. O prazo máximo para esta sanção é de 03 (três) anos, conforme Art. 11 do Decreto nº 32/2025. Esta penalidade acarreta a rescisão do instrumento contratual.

Declaração de Inidoneidade para Licitar e Contratar com a Administração Pública. Sanção que impede o CONTRATADO de licitar e contratar com qualquer órgão da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos. O prazo para esta sanção será de, no mínimo, 03 (três) anos e, no máximo, 06 (seis) anos. A aplicação desta penalidade acarreta a rescisão do instrumento contratual. A reabilitação do CONTRATADO só será possível mediante o cumprimento das condicionantes estabelecidas no Art. 21 do Decreto nº 32/2025.

Aplicação e Processo das Penalidades:

As penalidades de advertência e multas (moratórias e compensatórias) serão aplicadas de ofício pela Administração ou a partir de uma proposta fundamentada do responsável pelo acompanhamento do contrato ou do certame licitatório.

A aplicação das penalidades de Impedimento de Licitar e Contratar e Declaração de Inidoneidade será de competência da Administração e exigirá a instauração de um Processo Administrativo Sancionador. O CONTRATADO terá assegurados o direito ao contraditório e à ampla defesa, podendo apresentar sua manifestação escrita no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da sua citação ou notificação, conforme Art. 53 do Decreto nº 32/2025.

Rescisão do Contrato pelo CONTRATANTE por Insuficiência Operacional: Além das hipóteses de rescisão que podem decorrer da aplicação das sanções administrativas, o CONTRATANTE poderá rescindir o contrato de credenciamento, independentemente de qualquer procedimento judicial ou pagamento de indenização. Isso ocorrerá se o CONTRATADO deixar de atender às condições mínimas necessárias para a prestação dos serviços, o que inclui a incapacidade operacional para o cumprimento das obrigações ou qualquer outra condição que comprometa de forma fundamental a aptidão para o fornecimento do objeto contratual.

8. DO PAGAMENTO

O pagamento pelos serviços prestados será realizado de forma mensal, conforme a efetiva execução dos serviços, mediante a comprovação das publicações realizadas no período.

A remuneração da contratada ocorrerá com base no valor unitário por centímetro de coluna publicado no Diário Oficial da União (D.O.U.), podendo incluir, quando previsto na proposta, a taxa de intermediação, observados os valores contratados.

Para fins de pagamento, a contratada deverá apresentar nota fiscal/fatura, acompanhada de relatório detalhado das publicações realizadas no período, contendo, no mínimo:

- identificação das matérias publicadas;
- datas das publicações;
- número das edições do D.O.U.;
- quantitativo de centímetros de coluna utilizados por publicação;
- valores individualizados e totais;
- comprovantes das publicações (cópia ou link de acesso).

O pagamento ficará condicionado à conferência e atesto pelo gestor ou fiscal do contrato, que verificará a conformidade dos serviços executados com as solicitações realizadas, bem como a regularidade das publicações.

O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da nota fiscal/fatura devidamente atestada pela Administração, conforme disposições da Lei nº 14.133/2021.

Na hipótese de erro, inconsistência ou ausência de documentação necessária, o prazo para pagamento será suspenso até a devida regularização por parte da contratada.



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

Poderão ser realizadas retenções tributárias na forma da legislação vigente, bem como glosas proporcionais em caso de execução parcial, inadequada ou em desacordo com as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade **DISPENSA**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

Regime de execução

O regime de execução do contrato será **empreitada por preço unitário**.

O regime de execução será o de empreitada por preço unitário, tendo em vista que a contratação será remunerada com base na quantidade efetivamente executada, medida em centímetros de coluna publicados, não sendo possível definir previamente, com exatidão, o quantitativo total a ser demandado pela Administração.

Críticos de aceitabilidade de preços

Serão consideradas aceitáveis as propostas que apresentarem preços compatíveis com os valores praticados no mercado e com a estimativa de custos elaborada pela Administração, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

O critério de julgamento das propostas será o de menor preço, considerando o valor unitário por centímetro de coluna publicado no Diário Oficial da União (D.O.U.), podendo incluir a taxa de intermediação, conforme modelo adotado pela Administração.

As propostas deverão contemplar todos os custos diretos e indiretos necessários à plena execução do objeto, tais como despesas com pessoal, encargos sociais e trabalhistas, tributos, custos administrativos, operacionais, logísticos e quaisquer outros necessários ao cumprimento integral das obrigações contratuais, não sendo admitida a cobrança de valores adicionais não previstos.

Não serão aceitas propostas que:

- apresentem preços superiores aos estimados pela Administração, salvo justificativa devidamente comprovada;
- apresentem valores manifestamente inexequíveis;
- contenham omissões quanto a custos essenciais à execução do objeto.

Serão consideradas inexequíveis as propostas que não demonstrem a viabilidade econômica para a adequada execução dos serviços, podendo a Administração, quando necessário, solicitar documentos complementares que comprovem a exequibilidade dos preços ofertados.

No caso de indícios de inexequibilidade, será oportunizada à licitante a apresentação de justificativas e comprovações, nos termos da legislação vigente.

Caso o modelo adotado envolva a cobrança de taxa de intermediação, esta deverá estar claramente especificada na proposta, sendo vedada a inclusão de custos não discriminados ou a posterior cobrança de valores adicionais.

A Administração poderá realizar diligências para verificar a compatibilidade dos preços apresentados com os praticados no mercado, inclusive mediante consulta a contratações similares de outros órgãos públicos.

Exigências de habilitação

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

Habilitação jurídica

•Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, quando for o caso, ou inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhado de prova de diretoria em exercício.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- Prova de regularidade com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante;
- Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

Qualificação Econômico-Financeira

- Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

Qualificação técnica

- Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da contratação, mediante a apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprovem a execução de serviços de natureza semelhante, tais como intermediação, gerenciamento, formatação e envio de matérias para publicação em diários oficiais, especialmente no Diário Oficial da União (D.O.U.).

Declarações

- Declaração de que não emprega menor de idade em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;

10. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DA CONTRATADA

1. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

Compete ao CONTRATANTE:

- a) Fornecer à CONTRATADA todas as informações, documentos e conteúdos necessários para a execução dos serviços de publicação, de forma clara, completa e em tempo hábil;
- b) Encaminhar as matérias a serem publicadas com antecedência suficiente, observando os prazos necessários para processamento junto ao sistema da Imprensa Nacional;
- c) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, por meio de servidor designado, nos termos da Lei nº 14.133/2021;
- d) Conferir as matérias formatadas pela CONTRATADA antes do envio para publicação, quando aplicável;
- e) Efetuar o pagamento à CONTRATADA pelos serviços efetivamente prestados, conforme condições estabelecidas no instrumento contratual;
- f) Comunicar formalmente à CONTRATADA quaisquer falhas, irregularidades ou inconformidades verificadas na execução dos serviços;
- g) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o Termo de Referência e demais documentos da contratação.

2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

Compete à CONTRATADA:

- a) Prestar os serviços de intermediação, gerenciamento, formatação, envio e acompanhamento das matérias destinadas à publicação no Diário Oficial da União, em conformidade com as normas e diretrizes da Imprensa Nacional;
- b) Realizar a formatação adequada das matérias, observando os padrões técnicos exigidos para publicação, evitando rejeições ou atrasos;
- c) Efetuar o envio das matérias dentro dos prazos estabelecidos, garantindo a tempestividade das publicações;
- d) Acompanhar o processamento das matérias até sua efetiva publicação, informando ao CONTRATANTE sobre o status e eventuais ocorrências;
- e) Promover, sem ônus adicional ao CONTRATANTE, as correções necessárias decorrentes de falhas na formatação ou envio sob sua responsabilidade;
- f) Disponibilizar suporte técnico e atendimento ao CONTRATANTE durante toda a execução contratual;
- g) Manter sigilo sobre todas as informações e documentos recebidos, não os divulgando sem autorização expressa do CONTRATANTE;
- h) Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;
- i) Responsabilizar-se por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros em decorrência de falhas na execução dos serviços;
- j) Emitir relatórios ou comprovantes das publicações realizadas, sempre que solicitado;
- k) Atuar com diligência, eficiência e observância aos princípios que regem a Administração Pública.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Em atendimento ao disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, e o Decreto Municipal n. 011/2023, a estimativa de valores da presente contratação foi elaborada com base em pesquisa de mercado, considerando contratações similares realizadas por outros órgãos públicos, bem como propostas obtidas junto a empresas especializadas na prestação de serviços de intermediação de publicações no Diário Oficial da União (D.O.U.).

As propostas recebidas foram as seguintes:

- Empresa A: R\$ 77,20
- Empresa B: R\$ 98,00
- Empresa C: R\$ 84,00
- Banco de Preços D: R\$ 94,66

Com base nesses orçamentos, foi adotada a média aritmética simples como critério para definição do valor estimado, uma vez que os valores são coerentes entre si e refletem os preços praticados no mercado local. O cálculo resultou em:

$$(R\$ 77,20 + R\$ 98,00 + R\$ 84,00 + R\$ 94,66) \div 4 = \mathbf{R\$ 88,47}$$

Dessa forma, o valor estimado da contratação é de **R\$ 57.770,91** (cinquenta e sete mil e setecentos e setenta reais e noventa e um centavos), estando dentro do limite estabelecido no Decreto nº 12.807, de 29 de dezembro de 2025, que autoriza a dispensa de licitação para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos).

As quatro cotações encontram-se devidamente anexadas ao processo, contendo a identificação das empresas, responsáveis técnicos e detalhamento dos serviços propostos, o que assegura transparência, razoabilidade e compatibilidade com os preços praticados no mercado, conforme determina a legislação vigente.



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Municipal.

A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Órgão – 03 – Secretaria Municipal de Administração

Unidade – 03 – Departamento de Licitações

Projeto Atividade – 2.011 – Despesas Com Publicidades

Elemento da Despesa – 3.3.90.39.00.00.00.00 (2500) – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica **(220)**

Comodoro/MT, em 20 de Março de 2026.

Dyego Henrique Rocha de Oliveira

Secretário Municipal de Administração

Assinado por 1 pessoa: DYEGO HENRIQUE ROCHA DE OLIVEIRA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://comodoro.1doc.com.br/verificacao/AB5C-2F4D-9C69-A81A>



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS
DISPENSA ELETRÔNICA 007/2026

Processo Administrativo nº 036/2026
Modalidade: Dispensa de Licitação
Forma: Eletrônica
Tipo: **MENOR PREÇO UNITÁRIO**

Objeto: “**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERMEDIÇÃO, GERENCIAMENTO, FORMATAÇÃO, ENVIO E ACOMPANHAMENTO DE MATÉRIAS PARA PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO (D.O.U.), ABRANGENDO ATOS ADMINISTRATIVOS E INSTITUCIONAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL CUJA DIVULGAÇÃO SEJA OBRIGATÓRIA POR FORÇA DE LEI OU NECESSÁRIA À PUBLICIDADE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS**”.

RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE:

CNPJ:
INSC. ESTADUAL:
ENDEREÇO:
CIDADE:
ESTADO:
TELEFONE:
E-MAIL:

INFORMAÇÕES PARA PAGAMENTOS:
Banco:
Agência:
Conta:

REPRESENTANTE LEGAL PARA FINS DE ASSINATURA DO CONTRATO
Nome/ Nacionalidade/ Estado Civil/ RG/ CPF/.
E-mail
Endereço:

1. Planilha da Proposta:

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	V. UNIT.	V. TOTAL
01	653	CM/ COL.	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE INTERMEDIÇÃO, GERENCIAMENTO, FORMATAÇÃO, ENVIO E ACOMPANHAMENTO DE MATÉRIAS PARA PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO (D.O.U.), ABRANGENDO ATOS ADMINISTRATIVOS E INSTITUCIONAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL CUJA DIVULGAÇÃO SEJA OBRIGATÓRIA POR FORÇA DE LEI OU NECESSÁRIA À PUBLICIDADE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS.			
						VALOR TOTAL R\$

Assinado por 1 pessoa: DYEGO HENRIQUE ROCHA DE OLIVEIRA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://comodoro.1doc.com.br/verificacao/AB5C-2F4D-9C69-A81A> e informe o código AB5C-2F4D-9C69-A81A



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

Validade da Proposta 60 (sessenta) dias;

13. A proposta de preços ajustada ao lance final deverá conter o valor numérico dos preços unitários e totais, não podendo exceder o valor do lance final;
14. Quando da atualização da proposta de preço, o licitante deverá atualizar observando os valores unitários e globais os quais deverão ser menores ou iguais aos valores máximos/referência expressos no Anexo I - termo de referência;
15. O preço proposto deve compreender todas as despesas concernentes ao fornecimento do (s) material (is), bem como Impostos, Tributos, Frete, Contratação de Pessoal, entre outros, que deverão correr totalmente por conta da Empresa vencedora;
16. Declaramos para todos os efeitos legais que, ao apresentar esta proposta, com os preços e prazos acima indicados, estamos de pleno acordo com as condições gerais e especiais estabelecidas para esta licitação, as quais nos submetemos incondicional e integralmente;
17. Declaramos que até a presente data inexistem fatos impeditivos a participação desta empresa ao presente certame licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
18. Declaramos que não possuímos em nosso quadro funcional servidor público ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, conforme art.14 da Lei 14.133/21, e não possuímos em nosso quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista;
19. Declaramos, ainda, sob as penas da lei, que não estamos cumprindo pena de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, em qualquer de suas esferas Federal, Estadual e Municipal, inclusive no Distrito Federal, conforme art. 14 da Lei nº. 14.133/21.

_____/____ de _____ de 2026.

Razão Social da Empresa
Nº CNPJ
Representante Legal



**ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO**

ANEXO III

DECLARAÇÃO INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO

Dispensa Eletrônica nº 007/2026

NOME DA EMPRESA _____ CNPJ OU CIC _____ SEDIADA _____ (endereço completo), declara, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

..... data

.....
(Representante legal, RG e CPF)



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

ANEXO – IV

Dispensa Eletrônica nº 007/2026

**DECLARAÇÃO - CONHECIMENTO E ACEITAÇÃO DAS REGRAS E DAS CONDIÇÕES GERAIS
DA CONTRATAÇÃO E CUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS DE RESERVA DE CARGOS PARA
PESSOA COM DEFICIÊNCIA**

A empresa, neste ato representada pela sua representante legal, Sr.(ª)....., portador (a) da cédula de identidade nº., CPF nº., DECLARA que possui o pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação, constantes no procedimento, que tem o conhecimento de todas as informações e condições para o cumprimento das obrigações do objeto desta licitação, inclusive quanto ao cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, ainda que cumpre o disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21 que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal.

Outrossim, declara ainda ser conhecedora de que a violação, a qualquer tempo, do dispositivo legal mencionado, implica na rescisão de futuro contrato administrativo a ser celebrado, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

Cidade/Estado, de 2026.

Assinatura



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

ANEXO – V

DECLARAÇÃO – ME/EPP/MEI

(Nome da empresa), estabelecida na _____ (rua; nº e cidade), por seu representante legal _____ (nome do representante, nacionalidade, estado civil, profissão, RG, CPF, endereço domiciliar), declara, sob as penas da lei penal e civil, que a ora declarante está classificada como Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP ou Microempreendedor Individual - MEI, perante (Receita Federal e/ou Secretaria da Fazenda do Estado), comprometendo-se ainda a informar caso deixe de ser enquadrada na condição de Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP ou Microempreendedor Individual – MEI, nos termos da lei.

Data,

Assinatura



ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

ANEXO VI

MINUTA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS Nº XXX/2026

O **MUNICÍPIO DE COMODORO**, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua das Acácias nº 1337 N, Bairro Jardim Mato Grosso, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o nº 01.367.853/0001-29, representado neste ato pela **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO** o Sr. **DYEGO HENRIQUE ROCHA DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade de Comodoro – MT, portador da Cédula de Identidade RG nº 12*.*.0 SSP/MT e inscrito no CPF sob nº 975.***.***-87, doravante denominada de **CONTRATANTE**, e outro lado a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXX** inscrita no CNPJ **XXXXXXXXXXXX**, instalada na **XXXXXXXX** nº **XXX**, Bairro **XXXXXX**, na cidade de **XXXXXX**, Estado do **XXXXXXXXXX**, representada neste ato pelo titular/administrador o Sr. **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, brasileiro, solteiro, empresário, inscrito no CPF nº **XXXXXXXXXXXX**, carteira de identidade nº **XXXXXX**, órgão expedidor **XXXXXX**, residente e domiciliado na cidade de **XXXXXXXXXX**, Estado de **XXXXXX**, doravante denominada **CONTRATADA**, nos termos do Processo Licitatório na modalidade Dispensa de Licitação nº **XXX/2026**, Processo Administrativo nº **XXX/2026** e da Lei 14.133/2021 e as modificações posteriores, **RESOLVEM** celebrar o presente **CONTRATO**, mediante as cláusulas e condições que passam a ser lei entre as partes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – Este Contrato tem por objeto “**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERMEDIÇÃO, GERENCIAMENTO, FORMATAÇÃO, ENVIO E ACOMPANHAMENTO DE MATÉRIAS PARA PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO (D.O.U.), ABRANGENDO ATOS ADMINISTRATIVOS E INSTITUCIONAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL CUJA DIVULGAÇÃO SEJA OBRIGATÓRIA POR FORÇA DE LEI OU NECESSÁRIA À PUBLICIDADE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS**”, conforme segue abaixo:

ITEM	UNID.	QTD	DESCRIÇÃO	V. UNIT.	V. TOTAL
01	653	CM/COL.	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE INTERMEDIÇÃO, GERENCIAMENTO, FORMATAÇÃO, ENVIO E ACOMPANHAMENTO DE MATÉRIAS PARA PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO (D.O.U.), ABRANGENDO ATOS ADMINISTRATIVOS E INSTITUCIONAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL CUJA DIVULGAÇÃO SEJA OBRIGATÓRIA POR FORÇA DE LEI OU NECESSÁRIA À PUBLICIDADE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS.	R\$	R\$
VALOR TOTAL R\$					

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E DA FORMA DE FORNECIMENTO

2.1 - O presente contrato será executado sob o regime de empreitada por preço unitário, nos termos da legislação vigente, sendo a remuneração da **CONTRATADA** vinculada à quantidade efetivamente executada dos serviços.

Parágrafo único. Considerando a natureza do objeto, consistente na intermediação de publicações no Diário Oficial da União, a medição dos serviços será realizada com base nos centímetros de coluna efetivamente publicados, não sendo possível à Administração estimar previamente, com exatidão, o quantitativo total a ser demandado ao longo da vigência contratual.

2.2 - A prestação dos serviços será realizada de forma contínua, sob demanda, conforme as necessidades da **CONTRATANTE**, mediante solicitações da Secretaria competente e emissão das respectivas requisições, durante toda a vigência do contrato, abrangendo a intermediação das publicações no Diário Oficial da União.

2.3 - A **CONTRATADA** deverá realizar o envio das matérias para publicação no Diário Oficial da União no prazo máximo de até **24 (VINTE E QUATRO) HORAS ÚTEIS**, contadas do recebimento da solicitação formal encaminhada pela contratante, devidamente instruída e validada.

2.4 - Para demandas encaminhadas até às 14h (horário de Brasília), a **CONTRATADA** deverá, sempre que possível, efetuar o envio no mesmo dia.

2.5 - Em casos de urgência devidamente justificados pela contratante, o envio deverá ocorrer em prazo inferior, inclusive no mesmo dia, independentemente do horário de recebimento.



ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

2.6 - A CONTRATADA deverá acusar o recebimento da demanda em até 2 (duas) horas úteis e informar eventuais inconsistências que impeçam o envio.

2.7 - A solicitação de publicação será encaminhada pela contratante **por meio de canal oficial previamente definido, podendo ser e-mail institucional, sistema informatizado ou portal disponibilizado pela contratada**, devendo tal meio assegurar o registro formal da demanda, com identificação da data e horário de envio.

2.8 - O prazo para execução dos serviços pela CONTRATADA somente terá início após o recebimento da demanda devidamente instruída, contendo todas as informações necessárias, textos completos, arquivos e autorizações pertinentes, em formato adequado à publicação. Caso a demanda seja encaminhada com pendências ou inconsistências, a contratada deverá comunicar formalmente à contratante, ficando suspensa a contagem do prazo até a regularização.

2.9 - A CONTRATADA deverá confirmar o recebimento da solicitação em prazo máximo a ser estabelecido pela Administração, informando, quando for o caso, eventuais inconsistências identificadas que possam comprometer o envio da matéria para publicação.

2.10 - Compete à CONTRATADA a responsabilidade integral pela formatação das matérias, observando rigorosamente os padrões, normas e exigências técnicas do Diário Oficial da União, sendo responsável por quaisquer erros decorrentes de falhas na formatação, digitação ou adequação do conteúdo, devendo providenciar, às suas expensas, as correções necessárias, inclusive republicações, quando cabível.

2.11 - Após o envio da matéria para publicação, a contratada deverá realizar o acompanhamento até a efetiva publicação no Diário Oficial da União, mantendo a contratante informada sobre o andamento do processo.

2.12 - Efetivada a publicação, a CONTRATADA deverá encaminhar à contratante o comprovante da publicação, contendo, no mínimo, a identificação da matéria publicada, data da publicação, edição do D.O.U. e, quando possível, o respectivo link de acesso ou cópia da página publicada, para fins de controle, conferência e instrução processual.

2.13 - Os serviços em desconformidade com o especificado acarretará a correção; caso não seja possível, será rejeitado, com aplicações das sanções administrativas e/ou legais cabíveis.

2.14 - As notas fiscais eletrônica/fatura relacionadas ao objeto da presente licitação deverão ser encaminhadas ao setor responsável.

2.15 - A execução observará as seguintes etapas:

2.15.1 - **Solicitação da demanda:** a Administração encaminhará à contratada as matérias a serem publicadas, contendo todas as informações necessárias;

2.15.2 - **Análise e formatação:** a contratada deverá revisar e adequar os textos às normas e padrões técnicos exigidos pela Imprensa Nacional;

2.15.3 - **Envio das matérias:** a contratada realizará o envio dentro dos prazos legais e operacionais, garantindo a tempestividade da publicação;

2.15.4 - **Acompanhamento:** a contratada deverá monitorar o processamento e a efetiva publicação das matérias;

2.15.5 - **Comprovação da execução:** após a publicação, a contratada deverá disponibilizar os comprovantes correspondentes, incluindo cópia da publicação e demais documentos pertinentes;

2.15.6 - **Correções e ajustes:** eventuais inconsistências identificadas deverão ser corrigidas pela contratada, sem ônus adicional, quando decorrentes de falhas na prestação do serviço.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 - O valor global para a execução do presente Contrato é de **R\$ XXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXX)**.

3.2 - O pagamento pelos serviços prestados será realizado de forma mensal, conforme a efetiva execução dos serviços, mediante a comprovação das publicações realizadas no período com a apresentação das Notas Fiscais.

3.3 - A remuneração da CONTRATADA ocorrerá com base no valor unitário por centímetro de coluna publicado no Diário Oficial da União (D.O.U.), podendo incluir, quando previsto na proposta, a taxa de intermediação, observados os valores contratados.

3.4 - Para fins de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar nota fiscal/fatura, acompanhada de relatório detalhado das publicações realizadas no período, contendo, no mínimo: identificação das matérias publicadas; datas das publicações; número das edições do D.O.U.; quantitativo de centímetros de coluna utilizados por publicação; valores individualizados e totais e comprovantes das publicações (cópia ou link de acesso).

3.5 - O pagamento ficará condicionado à conferência e atesto pelo gestor ou fiscal do contrato, que verificará a conformidade dos serviços executados com as solicitações realizadas, bem como a regularidade das publicações.



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

- 3.6 - O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da nota fiscal/fatura devidamente atestada pela Administração, conforme disposições da Lei nº 14.133/2021.
- 3.7 - Na hipótese de erro, inconsistência ou ausência de documentação necessária, o prazo para pagamento será suspenso até a devida regularização por parte da contratada.
- 3.8 - Poderão ser realizadas retenções tributárias na forma da legislação vigente, bem como glosas proporcionais em caso de execução parcial, inadequada ou em desacordo com as condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 3.9 - Os preços contratados poderão ser reajustados após o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data do orçamento estimado da contratação, com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado pelo IBGE, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo.
- 3.10 - O reajuste será realizado por termo aditivo.
- 3.11 - O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de 30 dias.

CLÁUSULA QUARTA – PRAZO DE VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 4.1 – O prazo de vigência do presente Contrato será de **12 (DOZE) MESES**, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado sucessivamente, desde que comprovada a vantajosidade para a Administração, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.
- 4.2 – A prorrogação do prazo contratual dependerá de prévia justificativa, autorização da autoridade competente e manutenção das condições iniciais de habilitação da CONTRATADA.
- 4.3 – O presente Contrato poderá ser prorrogado até o limite legal aplicável aos contratos de prestação de serviços contínuos, desde que haja interesse da Administração e disponibilidade orçamentária.
- 4.4 – O término da vigência contratual ocorrerá em **XX/XX/XXXX**, podendo ser alterado em caso de prorrogação formalizada por termo aditivo.

CLÁUSULA QUINTA – DO CRÉDITO PELO QUAL CORRERÁ A DESPESA

- 5.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do exercício deste ano, na dotação abaixo discriminada: Gestão/Unidade:

Órgão – 03 – Secretaria Municipal de Administração

Unidade – 03 – Departamento de Licitações

Projeto Atividade – 2.011 – Despesas Com Publicidades

Elemento da Despesa – 3.3.90.39.00.00.00.00 (2500) – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica **(220)**

CLÁUSULA SEXTA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

6.1 – São direitos e responsabilidades da CONTRATADA:

- Prestar os serviços de intermediação, gerenciamento, formatação, envio e acompanhamento das matérias destinadas à publicação no Diário Oficial da União, em conformidade com as normas e diretrizes da Imprensa Nacional;
- Realizar a formatação adequada das matérias, observando os padrões técnicos exigidos para publicação, evitando rejeições ou atrasos;
- Efetuar o envio das matérias dentro dos prazos estabelecidos, garantindo a tempestividade das publicações;
- Acompanhar o processamento das matérias até sua efetiva publicação, informando ao CONTRATANTE sobre o status e eventuais ocorrências;
- Promover, sem ônus adicional ao CONTRATANTE, as correções necessárias decorrentes de falhas na formatação ou envio sob sua responsabilidade;
- Disponibilizar suporte técnico e atendimento ao CONTRATANTE durante toda a execução contratual;
- Manter sigilo sobre todas as informações e documentos recebidos, não os divulgando sem autorização expressa do CONTRATANTE;
- Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;
- Responsabilizar-se por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros em decorrência de falhas na execução dos serviços;
- Emitir relatórios ou comprovantes das publicações realizadas, sempre que solicitado;
- Atuar com diligência, eficiência e observância aos princípios que regem a Administração Pública.
- Cumprir as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e ainda o disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21 que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou



ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal.

6.2 – São direitos e responsabilidades da CONTRATANTE:

- a) Fornecer à CONTRATADA todas as informações, documentos e conteúdos necessários para a execução dos serviços de publicação, de forma clara, completa e em tempo hábil;
- b) Encaminhar as matérias a serem publicadas com antecedência suficiente, observando os prazos necessários para processamento junto ao sistema da Imprensa Nacional;
- c) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, por meio de servidor designado, nos termos da Lei nº 14.133/2021;
- d) Conferir as matérias formatadas pela CONTRATADA antes do envio para publicação, quando aplicável;
- e) Efetuar o pagamento à CONTRATADA pelos serviços efetivamente prestados, conforme condições estabelecidas no instrumento contratual;
- f) Comunicar formalmente à CONTRATADA quaisquer falhas, irregularidades ou inconformidades verificadas na execução dos serviços;
- g) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o Termo de Referência e demais documentos da contratação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES CABÍVEIS E DOS VALORES DAS MULTAS

7.1 O descumprimento, total ou parcial, das obrigações assumidas pelo CONTRATADO caracterizará a inadimplência, sujeitando-o às sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e, especificamente, no Decreto Municipal nº 32/2025.

7.2 – Advertência: Será aplicada por escrito quando o CONTRATADO der causa à inexecução parcial do contrato e essa falha não causar grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo. A advertência poderá ser aplicada cumulativamente com a penalidade de multa, conforme Art. 7º do Decreto Municipal nº 32/2025.

7.3 - Multas: Serão aplicadas de acordo com as disposições do Art. 8º do Decreto Municipal nº 32/2025, classificadas em moratórias e compensatórias.

7.3.1. Multa Moratória: Será aplicada em caso de atraso injustificado na execução do contrato ou na entrega dos bilhetes de passagem solicitados, calculada sobre o valor correspondente à parte inadimplente:

a) Atraso de até 30 (trinta) dias: 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, limitada a 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento).

b) Atraso que exceder 30 (trinta) dias: 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia, calculados a partir do trigésimo primeiro dia, limitada a 20% (vinte por cento) do valor total do contrato, em caráter excepcional e a critério do órgão contratante.

7.3.2. Multa Compensatória: Será aplicada quando configuradas infrações administrativas que configurem inexecução total ou parcial do contrato, irregularidades em licitações ou qualquer das situações descritas no Art. 155 da Lei nº 14.133/2021. Os percentuais da multa compensatória, aplicados sobre o valor do contrato e/ou ata de registro de preços, variarão conforme a gravidade da infração, nos termos do Art. 8º, inciso II, do Decreto nº 32/2025:

a) De 0,5% (cinco décimos por cento) até 10% (dez por cento).

b) De 10% (dez por cento) até 20% (vinte por cento).

c) De 20% (vinte por cento) até 30% (trinta por cento).

7.3.2.1 A aplicação da multa compensatória, especialmente para infrações graves, poderá levar à rescisão contratual, caso a infração também se enquadre nas situações que justificam Impedimento de Licitar ou Declaração de Inidoneidade.

7.4 - Impedimento de Licitar e Contratar com a Administração Municipal. Sanção aplicada pela Autoridade Competente que impede temporariamente o CONTRATADO de participar de licitações e celebrar contratos no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Comodoro/MT. O prazo máximo para esta sanção é de 03 (três) anos, conforme Art. 11 do Decreto nº 32/2025. Esta penalidade acarreta a rescisão do instrumento contratual.

7.5 - Declaração de Inidoneidade para Licitar e Contratar com a Administração Pública. Sanção que impede o CONTRATADO de licitar e contratar com qualquer órgão da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos. O prazo para esta sanção será de, no mínimo, 03 (três) anos e, no máximo, 06 (seis) anos. A aplicação desta penalidade acarreta a rescisão do instrumento contratual. A reabilitação do CONTRATADO só será possível mediante o cumprimento das condicionantes estabelecidas no Art. 21 do Decreto nº 32/2025.

7.6. Aplicação e Processo das Penalidades:



ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

7.7 As penalidades de advertência e multas (moratórias e compensatórias) serão aplicadas de ofício pela Administração ou a partir de uma proposta fundamentada do responsável pelo acompanhamento do contrato ou do certame licitatório.

7.8 A aplicação das penalidades de Impedimento de Licitar e Contratar e Declaração de Inidoneidade será de competência da Administração e exigirá a instauração de um Processo Administrativo Sancionador. O CONTRATADO terá assegurados o direito ao contraditório e à ampla defesa, podendo apresentar sua manifestação escrita no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da sua citação ou notificação, conforme Art. 53 do Decreto nº 32/2025.

7.9. Rescisão do Contrato pelo CONTRATANTE por Insuficiência Operacional: Além das hipóteses de rescisão que podem decorrer da aplicação das sanções administrativas, o CONTRATANTE poderá rescindir o contrato de credenciamento, independentemente de qualquer procedimento judicial ou pagamento de indenização. Isso ocorrerá se o CONTRATADO deixar de atender às condições mínimas necessárias para a prestação dos serviços, o que inclui a incapacidade operacional para o cumprimento das obrigações ou qualquer outra condição que comprometa de forma fundamental a aptidão para o fornecimento do objeto contratual.

CLÁUSULA OITAVA – DOS CASOS DE RESCISÃO

8.1 – A CONTRATANTE poderá considerar rescindido este Contrato, de pleno direito, independentemente de qualquer notificação ou aviso prévio, judicial ou extrajudicial, se:

- a) a CONTRATADA, sem prévia autorização da CONTRATANTE, ceder o presente Contrato, no todo ou em parte;
- b) a CONTRATADA atrasar por mais de trinta dias o cumprimento dos prazos parciais previstos na notificação dada pela CONTRATANTE;
- c) a CONTRATADA não atender as exigências da CONTRATANTE relativamente a defeitos ou imperfeições dos produtos, ou com respeito a quaisquer dos materiais fornecidos;
- d) as multas aplicadas à CONTRATADA atingirem, isolada ou cumulativamente, montante correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato;
- e) a CONTRATADA deixar de cumprir qualquer Cláusula, condições ou obrigações prevista neste Contrato ou dele decorrente;
- f) ocorrer qualquer um dos motivos referidos nos Capítulos VIII, art. 137, 138 e 139 Lei nº 14.133, de 01/04/2021.

8.2 – A CONTRATADA reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista na Lei nº 14.133/2021

8.3 – A rescisão deste Contrato de forma unilateral acarretará, sem prejuízos da exigibilidade de débitos anteriores da CONTRATADA, inclusive por multas impostas e demais cominações estabelecidas neste Instrumento, as seguintes consequências:

- a) assunção imediata do objeto do Contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração.
- c) retenção dos créditos decorrentes do Contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração.

8.4. A rescisão contratual poderá ainda ocorrer nos casos e formas previstos nos artigos 137, 138 e 139 Lei nº 14.133, de 01/04/2021.

CLÁUSULA NONA – DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO

9.1 – O presente Contrato vincula-se, para todos os fins de direito, à Dispensa Eletrônica nº XXX/2026, ao respectivo Termo de Referência, seus anexos, bem como à proposta de preços apresentada pela CONTRATADA, independentemente de transcrição.

9.2 – Integram este instrumento, como se nele estivessem transcritos, todos os documentos que compõem o processo administrativo de contratação, prevalecendo, em caso de divergência, as disposições do Termo de Referência e da legislação aplicável, especialmente a Lei nº 14.133/2021.

9.3 – A execução do objeto deverá observar rigorosamente as condições, especificações, obrigações e demais elementos constantes dos documentos mencionados no item 9.1, os quais passam a fazer parte integrante deste Contrato.

9.4 – Eventuais alterações contratuais deverão respeitar os limites e condições estabelecidos na legislação vigente, mantendo-se a necessária compatibilidade com o objeto originalmente contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEIS E AOS CASOS OMISSOS

10.1 – O presente Contrato rege-se pelas disposições da Lei nº 14.133/2021, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, as normas de direito privado, especialmente o Código Civil Brasileiro.



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

10.2 – Os casos omissos e as dúvidas que surgirem na execução deste Contrato serão resolvidos pela CONTRATANTE, com fundamento na legislação aplicável à matéria, nos princípios que regem a Administração Pública, bem como nas disposições constantes do processo administrativo que deu origem à contratação.

10.3 – Na interpretação e execução deste Contrato deverão ser observados, dentre outros, os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, interesse público, razoabilidade, proporcionalidade, segurança jurídica e continuidade do serviço público.

10.4 – Permanecem aplicáveis ao presente Contrato todas as normas legais e regulamentares supervenientes que venham a disciplinar a matéria, desde que compatíveis com o objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

11.1 – A CONTRATADA deverá manter durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO DO OBJETO

12.1 – A fiscalização da execução do Contrato será exercida pelo servidor o Sr. XXXXXXXXXXXXXXXXXX, Portaria nº XXX/XXXX, independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do objeto que venha a ser determinado pelo CONTRATANTE, a seu exclusivo juízo.

12.2 – A fiscalização de que trata este item não exclui, nem reduz, a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus empregados, prepostos ou contratados.

12.3 – Da(s) decisão (ões) da Fiscalização poderá a CONTRATADA recorrer à CONTRATANTE, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sem efeito suspensivo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 – A CONTRATANTE só admitirá quaisquer alterações de quantidades ou especificações dos produtos/serviço se houve motivo justificado e fundamentado com a necessária antecedência.

14.2 – Não será permitida a subcontratação do objeto contratual, tendo em vista a natureza padronizada dos serviços e a necessidade de responsabilidade direta da contratada pela execução integral das atividades, garantindo maior controle, eficiência e qualidade na prestação dos serviços.

14.3 – As prorrogações de prazo de execução de etapas da prestação do serviço serão processadas nos termos do artigo 107 da Lei nº 14.133/2021.

14.4 – As alterações contratuais obedecerão aos dispositivos constantes do artigo 124 da Lei acima referida.

14.5 – Não será exigida garantia contratual, considerando a natureza comum do objeto, a baixa complexidade dos serviços, o reduzido risco envolvido na execução e o fato de que o pagamento será realizado conforme a efetiva prestação dos serviços, não se justificando a imposição de ônus adicional que possa restringir a competitividade do certame.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1 – Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Comodoro - MT, com recusa expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

15.2 – E por estarem justos e contratados, CONTRATANTE e CONTRATADA, mutuamente assinam o presente instrumento contratual, em três vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de duas testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Comodoro - MT, XX de XXXXXXXX de 2026.

**DYEGO HENRIQUE ROCHA DE
OLIVEIRA**

**Secretario Municipal de Administração
CONTRATANTE**

**XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Sócio Administrador**

**XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATADA**

TESTEMUNHAS:



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

Nome: Aryadne Guilherme da Silva

RG nº: 43.***.***-6 SSP/SP

CPF nº: 364.***.***-86

Assinatura:

Nome: Isabel de Almeida Ramires

RG nº: 14***70 SSP/RO

CPF nº: 027.***.***-77

Assinatura:



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: AB5C-2F4D-9C69-A81A

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



DYEGO HENRIQUE ROCHA DE OLIVEIRA (CPF 975.XXX.XXX-87) em 25/05/2026 11:31:03

GMT-04:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://comodoro.1doc.com.br/verificacao/AB5C-2F4D-9C69-A81A>